



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE ESTUDOS JURÍDICOS

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

Processo nº E-741001.040863/2016

Data 04/10/2016 Fls. 76

Rubrica _____

38º EXAME DE SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIOS

ESTÁGIO DE PRÁTICA FORENSE E DE
ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA

- 2016 -

DIREITO CONSTITUCIONAL

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL	
Processo nº	<u>E141001.040.8631.2016</u>
Data	<u>04/10/2016</u> Fls. <u>77</u>
Rubrica	

1) Diante da grave crise financeira vivida pelo Estado do Rio de Janeiro, o Governador enviou à Assembleia Legislativa um projeto de lei propondo o aumento da contribuição que custeia o regime de previdência dos servidores públicos estaduais. O Tribunal de Justiça, porém, deferiu liminar em mandado de segurança impetrado por deputado estadual para suspender a tramitação do projeto, sob o argumento principal de que a nova alíquota de contribuição seria confiscatória. Considerando esses dados, assinale a alternativa correta:

- a) O Poder Judiciário é competente para exercer o controle de constitucionalidade das leis e atos do Poder Público, não havendo equívoco na decisão do Tribunal de Justiça.
- b) Considerada a elevada carga tributária que recai sobre os cidadãos brasileiros, qualquer aumento de alíquota configura confisco, razão pela qual o Tribunal de Justiça agiu corretamente.
- c) O projeto de lei é formalmente inconstitucional, já que o Governador não dispõe de competência para deflagrar o processo legislativo nessa matéria. Assim, a suspensão da tramitação do projeto não apresenta vício.
- d) O controle judicial preventivo de constitucionalidade é excepcional, sendo admitido pelo Supremo Tribunal Federal apenas nas hipóteses de desrespeito ao devido processo legislativo ou de emenda constitucional tendente a abolir cláusula pétrea. A decisão do Tribunal de Justiça, por não se enquadrar em nenhum desses casos, não pode ser mantida.
- e) Não havia nenhum óbice a que o Tribunal de Justiça realizasse o controle de constitucionalidade do projeto de lei em análise, mas o instrumento para isto era a representação de inconstitucionalidade, e não o mandado de segurança.

2) Ainda no contexto da crise financeira do Estado do Rio de Janeiro, a imprensa noticiou que o Governador teria cogitado apresentar um pedido de intervenção federal ao Presidente da República. Sobre esse instituto, assinale a alternativa incorreta:

- a) O Presidente da República, ao decidir sobre a intervenção federal, não pode se guiar exclusivamente por critérios políticos, pois as suas hipóteses de cabimento, o seu procedimento e as suas consequências precisam ter amparo na ordem jurídica constitucional.
- b) A vigência da intervenção federal impede a edição de emendas à Constituição da República.
- c) A intervenção federal consiste em ato privativo do Presidente da República, praticado por meio de decreto que deverá ser submetido ao crivo do Congresso Nacional.
- d) Não se admite intervenção federal por prazo indefinido e de amplitude genérica, pois isto configuraria ofensa à autonomia do ente federado a ela submetido.
- e) O descumprimento de decisão judicial pode dar ensejo à intervenção federal, mas é necessário que já tenha ocorrido o trânsito em julgado.

3) O princípio da separação de poderes não significa uma não interferência absoluta de um poder em outro. A Constituição da República estabelece um controle recíproco entre eles, por meio de mecanismos de freios e contrapesos (*checks and balances*). Não se insere entre esses mecanismos:

- a) o veto do Chefe do Poder Executivo a projeto de lei aprovado pelo Legislativo.
- b) o repasse dos recursos orçamentários destinados aos Poderes Legislativo e Judiciário, em duodécimos, pelo Poder Executivo.
- c) a fiscalização geral dos atos do Poder Executivo exercida pelas Comissões Parlamentares de Inquérito.
- d) a nomeação de magistrados pelo Chefe do Poder Executivo para cargos que não são submetidos a concurso público, como o de ministro do Supremo Tribunal Federal.
- e) o julgamento do Presidente da República pelo Senado Federal no caso de crime de responsabilidade.

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL
Processo nº 11.111/2011

4) A respeito da repartição de competências realizada pela Constituição da República entre os entes federados, é incorreto afirmar que:

- a) Ao conferir competências administrativas comuns aos entes federados, a Constituição da República também lhes atribui, de forma automática, competência para legislar sobre esses mesmos temas.
- b) A Constituição da República adotou o princípio da predominância do interesse, segundo o qual cabem à União as matérias de predominante interesse geral ou nacional, tocam aos Estados os assuntos de predominante interesse regional e concernem aos Municípios os temas de prevalente interesse local.
- c) A Constituição da República estruturou um sistema complexo e híbrido de repartição de competências, que combina atribuições exclusivas, privativas, comuns e concorrentes.
- d) De acordo com a doutrina majoritária, a distinção entre competências exclusivas e privativas reside no fato de que as primeiras são indelegáveis. Porém, nem sempre esta terminologia é seguida pela Constituição da República, que contempla algumas competências indelegáveis sob o rótulo de privativas.
- e) As competências dos Estados-membros são demarcadas por exclusão, ou seja, abrangem tudo o que não é atribuição reservada à União e aos Municípios.

5) Ao discorrer sobre a hermenêutica constitucional, é comum a doutrina aludir à teoria da “sociedade aberta de intérpretes da Constituição”, preconizada por Peter Häberle, segundo a qual:

- a) Os intérpretes oficiais da Constituição – notadamente juízes e legisladores – devem sempre atentar à vontade popular subjacente ao texto normativo interpretado.
- b) A interpretação da Constituição é um procedimento tópico, de teor empírico e casuístico, que aplica as categorias constitucionais de forma voltada à solução direta dos problemas, sempre atento a uma realidade concreta.
- c) O círculo de intérpretes da Constituição é plural: não abarca apenas autoridades e órgãos estatais, mas todos os cidadãos e grupos sociais que, de uma forma ou de outra, vivenciam a realidade constitucional.
- d) A norma de hierarquia mais elevada regula o ato mediante o qual se produz a norma inferior, definindo não só o procedimento para sua edição como, eventualmente, o seu conteúdo.
- e) Desde a publicação da lei, ela se desprende das intenções e desejos do legislador, seguindo um curso autônomo, no qual vai se amoldando às circunstâncias e necessidades do processo de evolução do Direito.

6) À luz da Constituição de 1988, o poder constituinte originário é titularizado:

- a) por Deus.
- b) pelo Presidente da República.
- c) pela Assembleia Nacional.
- d) pela nação.
- e) pelo povo.

7) Um dos debates mais relevantes no tema da jurisdição constitucional é aquele atinente à sua legitimidade democrática. Muitos autores denunciam a existência de uma tensão entre o controle judicial de constitucionalidade das leis e a democracia, em razão da chamada “dificuldade contramajoritária”, que:

- a) impede os juízes de declararem a inconstitucionalidade de leis e atos normativos quando o vício não for patente.
- b) impõe aos juízes uma deferência absoluta às decisões tomadas pelos legisladores, por serem representantes do povo.
- c) decorre do fato de os ministros de Supremo Tribunal Federal serem nomeados pelo Presidente da República, o que os torna parciais ao julgamento das causas nas quais a Fazenda Pública figura como parte.
- d) decorre do fato de os juízes, apesar de não serem eleitos, poderem invalidar as decisões adotadas pelo legislador escolhido pelo povo, invocando, muitas vezes, normas constitucionais de caráter aberto.
- e) não deve ser levada em conta no exercício das funções pelos magistrados, pois, apesar de não terem sido eleitos, possuem comprovado conhecimento técnico, de modo que a qualidade de suas decisões tende a ser superior à dos legisladores.

8) Não se insere entre as cláusulas pétreas explícitas na Constituição de 1988:

- a) a forma federativa de Estado.
- b) o voto direto, secreto, universal e periódico.
- c) o sistema presidencialista de governo.
- d) os direitos e garantias individuais.
- e) a separação dos Poderes.

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL	
Processo nº	<u>E-11001.0409631/2016</u>
Data	<u>04/10/2016</u> Fls. <u>78</u>
Rubrica	<u>[assinatura]</u>

9) Com relação aos direitos humanos, assinale a alternativa correta:

- a) Os direitos humanos reconhecidos pelo Brasil são apenas aqueles que constam da Constituição Federal.
- b) A República Federativa do Brasil protege os direitos humanos apenas dos cidadãos brasileiros.
- c) Os direitos humanos visam apenas à proteção de agentes perturbadores da ordem pública contra o aparato repressor do Estado.
- d) O direito à moradia digna não faz parte do rol de direitos humanos, porque não é definido pela Constituição o que é moradia digna.
- e) O direito à inviolabilidade da honra, da intimidade e da vida privada se estende às pessoas públicas, como artistas e agentes políticos.

10) Marque a alternativa falsa no que tange aos princípios constitucionais da Administração Pública:

- a) A compreensão mais completa do princípio da legalidade é a de que ele traduz a necessidade de a Administração Pública obedecer ao Direito como um todo, abrangendo princípios e regras.
- b) O princípio da publicidade é o que estabelece que toda a publicidade da Administração Pública deve ter caráter informativo, educativo e de promoção institucional.
- c) O princípio da eficiência é ainda de difícil compreensão e aplicação pela Administração Pública, sendo muitas vezes confundido com o princípio da economicidade.
- d) O princípio da impessoalidade estabelece que as realizações administrativo-governamentais não são do agente político, mas sim da entidade pública em nome da qual atuou.
- e) O princípio da moralidade estabelece que não basta ao administrador o estrito cumprimento da lei, devendo ainda respeitar os valores éticos da moral jurídica, de razoabilidade e justiça.

11) Com relação à advocacia pública, assinale a alternativa correta:

- a) Integram a advocacia pública a Advocacia Geral da União, o Ministério Público Federal, as Procuradorias dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e os Ministérios Públicos estaduais.
- b) A defesa dos interesses dos Estados é feita pelas Defensorias Públicas.
- c) O Advogado-Geral da União é obrigatoriamente escolhido dentre integrantes da carreira de advogado da União.
- d) Às Procuradorias dos Estados, Distrito Federal e Municípios compete a defesa desses entes em juízo.
- e) A Procuradoria Geral do Estado do Rio de Janeiro é chefiada pelo Procurador Geral de Justiça.

12) Marque a alternativa correta, no que tange ao Poder Judiciário:

- a) Compete ao Supremo Tribunal Federal processar e julgar originariamente, nos crimes comuns e de responsabilidade, os Governadores de Estados e do Distrito Federal.
- b) O Conselho Nacional de Justiça é órgão integrante da estrutura do Supremo Tribunal Federal.
- c) Compete ao Superior Tribunal de Justiça processar e julgar originariamente, nos crimes comuns e de responsabilidade, os Governadores de Estados e do Distrito Federal.
- d) O Superior Tribunal de Justiça, que desempenha a função de tribunal constitucional, é composto por 11 ministros.
- e) O Conselho da Justiça Federal é órgão vinculado ao Supremo Tribunal Federal.

13) Com relação ao regime constitucional dos servidores públicos, é correto afirmar que:

- a) A acumulação de cargos públicos é terminantemente proibida.
- b) A acumulação de cargos públicos só é possível no caso de dois cargos técnicos especializados.
- c) A acumulação de cargos públicos só é permitida caso os cargos não sejam exercidos junto à mesma esfera federativa.
- d) Cargo de professor pode ser acumulado com qualquer outro cargo público.
- e) A acumulação de cargos públicos depende, entre outros fatores, da compatibilidade de horários.

14) A partir do regramento constitucional das súmulas vinculantes, é correto afirmar que a impugnação do ato administrativo ou decisão judicial que as contrarie deve ser feito por meio de:

- a) arguição de descumprimento de preceito fundamental
- b) reclamação
- c) mandado de segurança
- d) recurso em sentido estrito
- e) recurso extraordinário

15) No que tange ao regime constitucional dos serviços públicos, é correto afirmar que:

- a) qualquer atividade econômica pode ser considerada serviço público.
- b) os usuários dos serviços públicos concedidos não se beneficiam da proteção do direito consumerista.
- c) os serviços de natureza local, regional e nacional devem ser atribuídos à União Federal, por ser o ente com mais recursos financeiros.
- d) uma atividade econômica só pode ser considerada serviço público se for essencial para a vida humana digna.
- e) serviços públicos de fornecimento de gás canalizado integram as competências municipais.

DIREITO CIVIL

16) A respeito da personalidade e da capacidade, é correto afirmar, exceto:

- a) A personalidade civil da pessoa começa do nascimento com vida; mas a lei põe a salvo, desde a concepção, os direitos do nascituro.
- b) Se dois ou mais indivíduos falecerem na mesma ocasião, não se podendo averiguar se algum dos comorientes precedeu aos outros, presumir-se-ão simultaneamente mortos.
- c) A menoridade cessa aos dezesseis anos completos, quando a pessoa fica habilitada à prática de todos os atos da vida civil.
- d) São incapazes, relativamente a certos atos ou à maneira de os exercer aqueles que, por causa transitória ou permanente, não puderem exprimir sua vontade.
- e) Pode ser declarada a morte presumida, sem decretação de ausência, se for extremamente provável a morte de quem estava em perigo de vida.

17) Com relação às pessoas jurídicas, assinale a alternativa correta:

- a) Constituem-se as associações pela união de pessoas que se organizem para fins econômicos.
- b) As organizações religiosas são pessoas jurídicas de direito público.
- c) Obrigam a pessoa jurídica os atos dos administradores, exercidos ainda que fora dos limites de seus poderes definidos no ato constitutivo.
- d) A desconsideração da personalidade jurídica resulta na extinção da sociedade.
- e) O Código Civil de 2002 adotou a teoria maior da desconsideração da personalidade jurídica.

18) A respeito da empresa e de seus elementos, assinale a alternativa incorreta:

- a) O nome de empresário deve distinguir-se de qualquer outro já inscrito no mesmo registro.
- b) Pode a sociedade limitada adotar firma ou denominação, integradas pela palavra final "limitada" ou a sua abreviatura.
- c) A sociedade anônima opera sob denominação designativa do objeto social, integrada pelas expressões "sociedade anônima" ou "companhia", por extenso ou abreviadamente.
- d) À luz da teoria dos atos de comércio, teoria adotada pelo Código Civil vigente, considera-se empresário quem exerce profissionalmente atividade econômica organizada para a produção ou a circulação de bens ou de serviços.
- e) O adquirente do estabelecimento responde pelo pagamento dos débitos anteriores à transferência, desde que regularmente contabilizados, continuando o devedor primitivo solidariamente obrigado pelo prazo de um ano, a partir da publicação, quanto aos créditos vencidos, e, quanto aos outros, da data do vencimento.

19) A respeito das sociedades, assinale a alternativa correta:

- a) O capital social da sociedade anônima pode ser integralizado em bens ou serviços.
- b) O contrato social da sociedade limitada poderá prever a regência supletiva pelas normas da sociedade anônima.
- c) Na sociedade limitada, a responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, inclusive em relação à integralização do capital social.
- d) A sociedade anônima pode ser simples ou empresária.
- e) Na sociedade limitada, a renúncia de administrador torna-se eficaz, em relação à sociedade e aos terceiros somente após a averbação e publicação.

20) Em relação aos bens, é correto afirmar que:

- a) Consideram-se imóveis para os efeitos legais, os direitos reais sobre objetos móveis e as ações correspondentes.
- b) São infungíveis os móveis que podem substituir-se por outros da mesma espécie, qualidade e quantidade.
- c) Os bens naturalmente divisíveis não podem tornar-se indivisíveis por vontade das partes.
- d) São pertencas os bens que, não constituindo partes integrantes, se destinam, de modo duradouro, ao uso, ao serviço ou ao aformoseamento de outro.
- e) Os bens públicos de qualquer espécie são sempre inalienáveis e imprescritíveis.

21) No que tange ao negócio jurídico, é incorreto afirmar:

- a) A incapacidade relativa de uma das partes não pode ser invocada pela outra em benefício próprio.
- b) Os negócios jurídicos podem ser interpretados conforme a boa-fé e os usos do lugar de sua celebração desde que as partes tenham assim estipulado.
- c) Os negócios jurídicos benéficos e a renúncia interpretam-se estritamente.
- d) A validade da declaração de vontade não dependerá de forma especial, senão quando a lei expressamente a exigir.
- e) A manifestação de vontade pelo representante, nos limites de seus poderes, produz efeitos em relação ao representado.

22) De acordo com o Código Civil vigente, é correto afirmar:

- a) O termo inicial suspende o exercício, mas não a aquisição do direito.
- b) Considera-se condição a cláusula que, derivando exclusivamente da vontade das partes, subordina o efeito do negócio jurídico a evento futuro e certo.
- c) Na hipótese de uma pessoa doar um prédio a outrem para que nele seja instalado um hospital, trata-se de um negócio jurídico gravado por condição suspensiva.
- d) São lícitas, em geral, todas as condições não contrárias à lei, à ordem pública ou aos bons costumes. Exemplos de condições lícitas são as que privam de todo efeito o negócio jurídico, ou o sujeitam ao puro arbítrio de uma das partes.
- e) Os encargos ilícitos ou impossíveis sempre invalidam o negócio jurídico.

23) Considerando os direitos da personalidade, assinale a alternativa correta:

- a) É sempre defeso o ato de disposição do próprio corpo, quando importar diminuição permanente da integridade física, ou contrariar os bons costumes.
- b) É válida, com objetivo científico, ou altruístico, a disposição gratuita do próprio corpo, no todo ou em parte, para depois da morte ou ainda durante a vida.
- c) O nome da pessoa não pode ser empregado por outrem em publicações ou representações que a exponham ao desprezo público, ainda quando não haja intenção difamatória.
- d) O pseudônimo, ainda que adotado para atividades lícitas, não goza da proteção que se dá ao nome.
- e) De acordo com a jurisprudência pacífica dos tribunais, meros dissabores do cotidiano e da vida em sociedade sempre caracterizam afronta aos direitos da personalidade.

24) Considerando as disposições do Código Civil sobre a extinção dos contratos, marque a alternativa correta:

- a) O distrato, por importar em extinção do acordo de vontades, não se faz pela mesma forma exigida para o contrato.
- b) A rescisão unilateral, nos casos em que a lei expressa ou implicitamente o permita, opera mediante denúncia notificada à outra parte.
- c) Ainda que uma das partes tenha feito investimentos consideráveis para a execução do contrato, a denúncia unilateral produzirá efeito imediato.
- d) Se no contrato as obrigações couberem a ambas as partes, poderá uma delas pleitear que a sua prestação seja reduzida, ou alterado o modo de executá-la, a fim de evitar a onerosidade excessiva.
- e) A extinção normal dos contratos ocorre com o descumprimento das prestações avençadas.

25) O artigo 421, do Código Civil, estabelece que “A liberdade de contratar será exercida em razão e nos limites da função social do contrato”. Desse preceito, podem-se extrair as seguintes conclusões, exceto:

- a) Não se pode impor a uma das partes a obrigação de se manter subordinada ao contrato se este não estiver cumprindo nenhuma função social e/ou econômica.
- b) É cabível condenar shopping center ao pagamento de indenização por dano moral em razão de tentativa de roubo de um cliente ocorrida em uma das saídas de seu estacionamento.
- c) O princípio do *pacta sunt servanda* é absoluto, no sentido de que a revisão das cláusulas contratuais pelo Poder Judiciário não é permitida, mormente diante dos princípios da boa-fé e do dirigismo contratual.
- d) A rescisão imotivada do contrato, em especial quando efetivada por meio de conduta desleal e abusiva confere à parte prejudicada o direito à indenização por danos materiais e morais.
- e) A função social é um princípio determinante e fundamental que, tendo origem na valoração da dignidade humana (art. 1º. da Constituição), deve determinar a ordem econômica e jurídica, permitindo uma visão mais humanista dos contratos que deixou de ser apenas um meio para obtenção de lucro.

26) Considerando as disposições legais sobre o direito das obrigações, assinale a alternativa incorreta:

- a) Até a tradição pertence ao devedor a coisa, com os seus melhoramentos e acrescidos.
- b) Incorre na obrigação de indenizar perdas e danos o devedor que recusar a prestação a ele só imposta, ou só por ele exequível.
- c) Praticado pelo devedor o ato, a cuja abstenção se obrigara, o credor pode exigir dele que o desfaza, sob pena de se desfazer à sua custa, ressarcindo o culpado perdas e danos.
- d) A obrigação de dar coisa certa não abrange acessórios dela, exceto se o contrário resultar do título ou das circunstâncias do caso.
- e) A coisa incerta será indicada, ao menos, pelo gênero e pela quantidade.

27) Assinale a alternativa que relata uma obrigação de meio:

- a) obrigação do dentista de realizar tratamento ortodôntico estético.
- b) obrigação dos médicos nos tratamentos em geral.
- c) obrigação do cirurgião plástico de realizar rinoplastia estética.
- d) obrigação decorrente de contrato de transporte.
- e) obrigação consubstanciada no diagnóstico fornecido por exame médico.

28) Sobre a simulação, é incorreto afirmar:

- a) haverá simulação nos negócios jurídicos que aparentarem conferir ou transmitir direitos a pessoas diversas daquelas às quais realmente se conferem, ou transmitem.
- b) É nulo o negócio jurídico simulado, não podendo subsistir o que se dissimulou, ainda que válido na substância e na forma.
- c) Os negócios jurídicos cujos instrumentos particulares forem antedatados, ou pós-datados são simulados.
- d) Ressalvam-se os direitos de terceiros de boa-fé em face dos contraentes do negócio jurídico simulado.
- e) Haverá simulação nos negócios jurídicos quando contiverem declaração, confissão, condição ou cláusula não verdadeira.

29) O art. 37, §6º da Constituição prevê a responsabilidade objetiva do Estado. Entre as alternativas abaixo, não é requisito para a configuração de tal responsabilidade a configuração:

- a) da culpa.
- b) do dano.
- c) do nexa causal.
- d) de ação de agente do Estado.
- e) do ato ilícito.

30) Sobre a nulidade dos negócios jurídicos, marque a alternativa correta:

- a) As nulidades podem ser alegadas por qualquer interessado, sendo vedada a alegação pelo Ministério Público.
- b) As nulidades não podem ser pronunciadas pelo juiz de ofício.
- c) O juiz pode suprir as nulidades desde que haja requerimento das partes.
- d) O negócio jurídico nulo é suscetível de confirmação, porém não convalesce pelo decurso do tempo.
- e) Se o negócio jurídico nulo contiver os requisitos de outro, subsistirá este quando o fim a que visavam as partes permitir supor que o teriam querido, se houvessem previsto a nulidade.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

31) Ao entrar em vigor, a nova lei processual civil é aplicável:

- a) apenas aos processos ainda não iniciados;
- b) imediatamente aos processos em curso, desde que não tenha sido proferida sentença;
- c) imediatamente aos processos em curso, mas sem atingir a fase processual pendente;
- d) imediatamente aos processos em curso, respeitados os atos processuais praticados e as situações jurídicas consolidadas sob a vigência da norma revogada;
- e) retroativamente, atingindo os atos processuais já praticados desde que em benefício do autor.

32) Segundo o Código de Processo Civil de 2015 (CPC/15), a conciliação e a mediação são informadas, dentre outros, pelos princípios:

- a) da presunção de inocência e do formalismo rígido;
- b) da confidencialidade e da decisão informada;
- c) da autonomia da vontade e da seletividade;
- d) da não cumulatividade e da oralidade;
- e) da informalidade e da tipicidade fechada.

33) Agnes, viúva de servidor público estadual, ajuíza demanda contra a autarquia previdenciária estadual pedindo a condenação do réu à concessão de pensão por morte. Considerando que Agnes não formulou prévio requerimento administrativo, e que, portanto, a entidade previdenciária não resistiu à pretensão antes de ser levada a juízo, cabe à Procuradoria do Estado alegar, em sede de contestação, a preliminar de:

- a) ilegitimidade passiva;
- b) coisa julgada;
- c) vício de representação processual;
- d) litispendência;
- e) ausência de interesse de agir.

34) De acordo com o CPC/15, a União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e suas respectivas autarquias e fundações de direito público gozam da prerrogativa de prazo:

- a) em dobro para todas as suas manifestações processuais;
- b) em quádruplo para todas as suas manifestações processuais;
- c) em quádruplo para contestar e em dobro para recorrer, exclusivamente;
- d) em dobro para contestar e recorrer, exclusivamente;
- e) em quádruplo para contestar e recorrer, exclusivamente.

35) No sistema do CPC/15, não configura hipótese de improcedência liminar do pedido:

- a) a contrariedade a enunciado de súmula do Supremo Tribunal Federal ou do Superior Tribunal de Justiça;
- b) a ocorrência de decadência ou prescrição;
- c) a inépcia da petição inicial;
- d) a contrariedade a entendimento firmado em incidente de resolução de demandas repetitivas ou de assunção de competência;
- e) a contrariedade a acórdão proferido pelo Supremo Tribunal Federal ou pelo Superior Tribunal de Justiça em julgamento de recursos repetitivos.

36) Conforme o CPC/15, assinale a opção que indique, respectivamente, os prazos para apresentar agravo de instrumento, recurso extraordinário e embargos de declaração:

- a) 10 dias, 10 dias e 5 dias.
- b) 15 dias, 15 dias e 15 dias.
- c) 15 dias, 10 dias e 5 dias.
- d) 15 dias, 15 dias e 5 dias.
- e) 20 dias, 10 dias e 5 dias.

37) O Estado do Rio de Janeiro pretende ajuizar ação para a constituição de uma servidão sobre um imóvel localizado no Município de Nova Iguaçu. O proprietário do bem é domiciliado no Município do São Gonçalo. Considerando as regras sobre competência, onde deverá ser proposta a demanda:

- a) No foro da situação da coisa.
- b) No foro do domicílio do réu.
- c) No foro do domicílio do autor ou no foro do domicílio do réu.
- d) No foro do domicílio do réu ou no foro da situação da coisa.
- e) No foro do domicílio do autor ou no foro da situação da coisa.

38) O princípio da motivação significa:

- a) O juiz somente pode prestar a tutela jurisdicional quando a parte ou o interessado a requerer.
- b) O juiz deve atuar de forma imparcial e equidistante das partes.
- c) Todas as decisões proferidas pelo juiz devem ser motivadas.
- d) O juiz, ao decidir a demanda, deve ater-se aos pedidos apresentados pelo autor.
- e) A competência do juiz é fixada no momento em que a ação é proposta.

39) Qual das opções abaixo constitui um pressuposto processual?

- a) Legitimidade das partes.
- b) Possibilidade jurídica do pedido.
- c) Interesse de agir.
- d) Legitimidade recursal.
- e) Demanda regularmente proposta.

40) Em relação às disposições do CPC/15 sobre nulidades, assinale a opção incorreta:

- a) Quando a lei prescrever determinada forma sob pena de nulidade, a decretação desta não pode ser requerida pela parte que lhe deu causa.
- b) A nulidade dos atos pode ser alegada a qualquer momento pela parte, não recaindo sobre ela a preclusão.
- c) É nulo o processo quando o membro do Ministério Público não for intimado a acompanhar o feito em que deva intervir.
- d) Ao pronunciar a nulidade, o juiz declarará que atos são atingidos e ordenará as providências necessárias a fim de que sejam repetidos ou retificados.
- e) Anulado o ato, consideram-se de nenhum efeito todos os subsequentes que dele dependam.

LÍNGUA PORTUGUESA – INTERPRETAÇÃO DE TEXTO

Reengenharia do tempo

Rosiska Darcy de Oliveira

A palavra reengenharia entrou na língua inglesa ao longo dos anos 90 quando, em função da competitividade internacional, na maré alta da globalização, as grandes corporações fizeram tábula rasa de seus métodos de produção e gestão, para tornarem-se mais eficientes. A isso chamaram *reengineering*. Mudaram seus procedimentos, mobilizaram talentos e autorizaram todo tipo de audácia e inovação, tornando-se irreconhecíveis. Grande parte de seus efetivos foi despedida ou perdeu suas posições dentro da empresa. O impacto social foi penoso, enquanto seus lucros aumentavam. As empresas mantiveram-se à tona, num mar em que, quem não ousou, naufragou.

A reengenharia do tempo é um desafio à reinvenção, não só das empresas, mas da administração pública e da sociedade. Trata-se agora de poupar sofrimentos e evitar os prejuízos sociais que estão levando as sociedades à falência. Dessa vez, não em defesa dos lucros do capital, mas visando aos lucros existenciais para as pessoas comuns e uma relação saudável entre indivíduos, empresas e administração pública, porque os sintomas da crise se acumulam, na volatilidade dos núcleos familiares, no descaminho de crianças e jovens, no desencontro dos que se acreditavam unidos por laços amorosos, na assustadora solidão dos indivíduos, entregues a si mesmos e tão livres quanto pássaros sem ninho. É mais que tudo, no sentimento de falta de sentido que, em seu estágio último, equivale a não mais perguntar sobre o que fazemos, por que fazemos ou sobre o modo como vivemos.

À medida que a vida produtiva ganha terreno sobre o tempo da vida afetiva, é o cotidiano das pessoas que vai moldando uma sociedade em que se encolhem os vínculos fundamentais. A reengenharia do tempo é uma tentativa de repensar o cotidiano de homens e mulheres, com vistas a aumentar a qualidade de vida e o produto de felicidade bruto.

SEMPRE PÚBLICO ESTADUAL
Processo nº 022930
Data 10/11/2011

A sociedade está sendo chamada a inventar novos modos de gestão e de organização do trabalho, novas temporalidades da administração pública em sua relação com seus usuários, uma outra leitura das relações vida privada/vida profissional, um inédito relacionamento homem/mulher. Só assim estar-se-á recuperando o equilíbrio perdido, em defesa da vida privada.

O século XXI abre-se às múltiplas ferramentas das novas tecnologias, que subvertem radicalmente as noções de tempo e de espaço.

O conceito de vida doméstica, usado tão frequentemente pela sociologia da família, prossegue sendo tratado com a mesma “leveza”, embora a vida doméstica seja de imensa complexidade. Nela estão entrelaçadas as mais intrincadas e fundamentais relações humanas, com seus ditos e não ditos, seus segredos conscientes e inconscientes. Igualmente escondidos, estão difíceis problemas de economia, verdadeiros desafios a conceitos como trabalho remunerado e atividades sem fins de mercado.

A reconstrução da família, segundo padrões igualitários, e a responsabilidade de instituições públicas na provisão de apoio material e psicológico às crianças são caminhos possíveis para alterar o processo em curso de destruição em massa do psiquismo humano, que resulta do estilo de vida de milhões de crianças. Essa reconstrução da família segundo padrões igualitários passa necessariamente pela reengenharia do tempo, atribuindo o tempo necessário à convivência, a ser distribuído entre os pais em igualdade de condições.

Uma sociedade sobrecarregada de trabalho cria contradições para si mesma, na medida em que seus objetivos acabam se tornando conflitivos. A ênfase exagerada na vida profissional, em detrimento da vida privada, acaba voltando-se contra a própria sociedade, na medida em que, deixando em segundo plano a função educativa dos pais, abre espaço à deriva no destino de muitas crianças e jovens. E a isso acrescenta-se o abandono dos idosos.

Fonte: http://www.eclac.cl/mujer/reuniones/mesa38/R_Darcy.pdf

41) A autora do texto mostra-se:

- a) identificada com a audácia e a inovação das empresas em relação ao gerenciamento corporativo que preconiza a reengenharia.
- b) identificada com o aumento da qualidade de vida e do produto de felicidade bruto da sociedade gerado pelos ganhos de capital das corporações.
- c) contrária à reengenharia do tempo por desafiar às empresas a um novo paradigma de gestão e de organização do trabalho.
- d) contrária à falência da sociedade provocada pelos efeitos destrutivos da reengenharia nas relações vida privada / vida profissional.
- e) contrária às novas tecnologias nas empresas por gerarem lucros existenciais nas relações indivíduos, empresas e administração pública.

42) Assinale o argumento cuja concepção de REENGENHARIA se opõe ao conceito que a autora elabora em seu texto “Reengenharia do Tempo”:

- a) A reengenharia, na sociedade, embora tenha contribuído para que o mundo do trabalho se apropriasse de novos procedimentos geradores de lucros econômicos, ao mesmo tempo, levou sérios impactos às relações sociais.
- b) A reengenharia satisfaz, plenamente, aos interesses da sociedade, pois abastece o mercado com mais lucros financeiros, mais eficiência, às custas de mais tempo de dedicação das pessoas ao trabalho.
- c) Com a reengenharia, a sociedade sobrecarregou-se de tarefas no trabalho, e por conseguinte provocou desajustes nos núcleos familiares.
- d) A partir da implantação da reengenharia, a vida afetiva sofreu desgastes importantes, não só em relação ao homem e à mulher, mas, também, aos filhos e aos idosos.
- e) A reengenharia que se restringe à aceitação da eficiência, da competitividade e da ousadia em nome do lucro, deve passar por uma reinvenção.

43) Na frase “A isso chamaram *reengineering*”, o termo isso refere-se a que fragmento do texto?

- a) “seus procedimentos” (linha 4).
- b) “A palavra reengenharia (...) eficientes” (linhas 1 a 3).
- c) “Grande parte dos seus efetivos” (linha 5).
- d) “O impacto social” (linha 6).
- e) “As empresas (...) naufragou” (linha 7).

44) No trecho “O conceito de vida doméstica, usado tão frequentemente pela sociologia da família, prossegue sendo tratado com a mesma ‘leveza’, embora a vida doméstica seja de imensa complexidade”, o vocábulo “leveza” (entre aspas) assume, em relação à oração seguinte, o valor estilístico:

- a) de simplicidade.
- b) de ratificação.
- c) de explicação.
- d) de elogio.
- e) de retificação.

45) Assinale a opção em que a crase está corretamente empregada em todos os exemplos:

- a) A reengenharia é favorável à inovações tecnológicas./ O cotidiano das pessoas habituou-se às facilidades da modernidade./ Os desafios postos às pessoas de bem não as molestam .
- b) A adoção à reengenharia mobilizará toda a sociedade industrial./ Quem vai ser favorável à trair o progresso?/ O tempo é necessário à convivência entre os familiares.
- c) O acolhimento às inúmeras transformações da sociedade contemporânea impôs aos cidadãos e cidadãs novas rotinas em suas vidas privadas./ É importante o equilíbrio entre o excesso de horas dedicadas ao trabalho e às que devem se direcionar à família./ Ela prefere seguir os interesses do mercado à sua própria intuição.
- d) A adesão à múltiplas ferramentas contemporâneas destrói o vínculo com o trabalho manual./ Como associar à práticas corporativas, as vantagens ao trabalho coletivo?/ Essa é a melhor referência àquele xto que expunha os conceitos sobre reengenharia.
- e) O parecer desfavorável à admissão do funcionário foi cruel./ Vamos dizer sim à inovações./ Não podemos concordar que levem as sociedades à falência.

46) Assinale a alternativa correta quanto à pontuação e regência, de acordo com a norma culta do idioma:

- a) De forma impactante reagem, as relações familiares, ante as mudanças causadas pela reengenharia nas corporações.
- b) De forma impactante, as relações familiares, reagem com a implantação da reengenharia nas corporações.
- c) As relações familiares reagem, de forma impactante para as mudanças da reengenharia nas corporações.
- d) Reagem às mudanças causadas pela reengenharia, de forma impactante, as relações familiares.
- e) Diante as mudanças causadas pela reengenharia nas empresas reagem as relações familiares, de forma impactante.

47) A cada fato linguístico selecionado, seguirá uma análise que poderá estar correta ou não. Assinale (C), se estiver correto e (E), se estiver errado:

I - "Grande parte de seus efetivos foi despedida ou perdeu suas posições dentro da empresa". A flexão também estará correta com a concordância do verbo com o partitivo, no plural: "Grande parte de seus efetivos foram despedidos ou perderam suas posições." ()

II - "O impacto social foi penoso, enquanto os seus lucros aumentavam". O articulador discursivo em destaque indica temporalidade. ()

III - O prefixo latino "re", indicando repetição, está presente nas seguintes palavras: reengenharia-reconstrução-reinvenção-relação. ()

IV - Pode-se desfazer a mesóclise "estar-se-á", na 4ª linha do 4º parágrafo, e utilizar-se a próclise "se estará", sem prejuízo da norma culta da língua. ()

V - "À medida que a vida produtiva ganha terreno sobre o tempo da vida afetiva, é o cotidiano das pessoas que vai moldando (...)". Essa sequência oracional exprime finalidade. ()

A seguir, assinale a sequência correta:

- a) E-C-E-C-E
- b) C-C-E-E-E
- c) C-C-E-C-E
- d) E-E-C-C-E
- e) C-C-E-E-C

48) Assinale a alternativa em que a palavra tenha sido acentuada seguindo regra distinta das demais:

- a) convivência
- b) distribuído
- c) estágio
- d) família
- e) igualitário

49) No trecho "Dessa vez, não em defesa dos lucros do capital, MAS visando aos lucros existenciais para as pessoas comuns e uma relação saudável entre indivíduos, empresas e administração pública, PORQUE os sintomas da crise se acumulam, na volatilidade dos núcleos familiares, no descaminho (...)", os dois articuladores discursivos destacados podem ser substituídos, respectivamente, sem alteração do significado original, pela seguinte opção:

- a) porém / enquanto
- b) contudo / entretanto
- c) porquanto / embora
- d) embora / por isso
- e) entretanto / pois

50) Assinale a opção que não representa uma continuação coesa e coerente para o trecho abaixo:

O século XXI abre-se às múltiplas ferramentas das novas tecnologias, que subvertem radicalmente as noções de tempo e de espaço.

- a) Paradoxalmente, essa mesma tecnologia que causa desorientação e perplexidade nas relações de trabalho e nas relações familiares, pressupõe acerto e segurança para resolver problemas na área da pesquisa, beneficiando a sociedade.
- b) Qualquer esforço para reconfigurar este cenário torna-se incontinenti tendo em vista os lucros existenciais e as relações saudáveis entre os indivíduos.
- c) A sociedade contemporânea, no entanto, proclamou rapidamente sua dependência a essa engenharia tecnológica.
- d) Mesmo hoje, levando-se em conta o avanço cada vez acelerado dessa tecnologia, nem sempre são muito claros os limites entre a moral e a ética a serviço da qualidade de vida da sociedade.
- e) É preciso assim garantir que as empresas e a sociedade recuperem uma relação saudável para os indivíduos e o principal caminho para isso consiste em estimular o desemprego estrutural.



PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO
CENTRO DE ESTUDOS JURÍDICOS

EDITAL

**38º. EXAME DE SELEÇÃO DE CANDIDATOS AO ESTÁGIO DE PRÁTICA
FORENSE E DE ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA**

O CENTRO DE ESTUDOS JURÍDICOS, nos termos do art.23 do Regulamento do 38º Exame de Seleção de Candidatos ao Estágio de Prática Forense e de Organização Judiciária, divulga aos interessados o gabarito da Prova Objetiva:

DIREITO CONSTITUCIONAL:

- 1) D
- 2) E
- 3) B
- 4) A
- 5) C
- 6) E
- 7) D
- 8) C
- 9) E
- 10) B
- 11) D
- 12) C
- 13) E
- 14) B
- 15) D

DIREITO CIVIL:

- 16) C
- 17) E
- 18) D
- 19) B
- 20) D
- 21) B
- 22) A
- 23) C
- 24) B
- 25) C
- 26) D
- 27) B
- 28) B
- 29) A
- 30) E

DIREITO PROCESSUAL CIVIL:

- 31) D
- 32) B
- 33) E
- 34) A
- 35) C
- 36) D
- 37) A
- 38) C
- 39) E
- 40) B

LÍNGUA PORTUGUESA – INTERPRETAÇÃO DE TEXTO:

- 41) D
- 42) B
- 43) B
- 44) A
- 45) C
- 46) D
- 47) C
- 48) B
- 49) E
- 50) E

Os candidatos poderão interpor recurso contra o gabarito da Prova Objetiva no prazo de dois dias úteis subsequentes à publicação do presente edital. Os recursos serão recebidos no Protocolo da Procuradoria Geral do Estado (Rua do Carmo, 27, Térreo, Centro, Rio de Janeiro), das 11 às 17 horas.